

Editorial

O estudo dos fenômenos atmosféricos, tema interdisciplinar compartilhado entre a Meteorologia e a Climatologia, é caracterizado por uma interface que, nas diversas fases da evolução das ciências, esteve presente em numerosas áreas do conhecimento. Mas, sem dúvida alguma, é no escopo da Geografia, que tem encontrado terreno fértil para o seu desenvolvimento.

A Climatologia no Brasil nasceu no seio das ciências naturais derivada das concepções humboldtianas da "teoria geral da Terra" e, como tal, comprometida com os de pressupostos sistemáticos e de natureza regional. Este enfoque esteve presente nas primeiras descrições e no caráter explicativo advindos da preciosa contribuição dos viajantes europeus, como Spix, von Martius, Saint-Hilaire, Langsdorf, entre outros, que percorreram as terras brasileiras na primeira metade do século XIX.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, a urbanização das nascentes vilas e as preocupações com a higiene, a salubridade e com a qualidade de vida, redirecionaram o enfoque especulativo para as questões de saúde pública.

A maioria das cidades e vilas brasileiras apresentava, por essa época, um quadro geral de insalubridade em que a umidade excessiva e as elevadas temperaturas, para os padrões europeus, associadas às precárias condições de higiene eram responsáveis por diversas moléstias e epidemias. Desta forma, a maioria dos estudos climatológicos, a esta época, versava sobre o papel do clima na saúde e no bem estar e foram realizados, principalmente, por médicos e sanitaristas.

É com a ocupação territorial do nascente Império do Brasil, com o advento do telégrafo, das expedições militares e com a expansão econômica, principalmente do café no centro sul, do algodão e da cana-de-açúcar no nordeste, que as primeiras estações meteorológicas são instaladas. Mesmo assim, em sua maior parte, graças à iniciativa de estrangeiros, empresas particulares e *homens de ciências*, que vislumbravam a necessidade de se implantar este serviço para o desenvolvimento do país. Somente no último quarto do século XIX, com a reorganização e ativação do Observatório Astronômico no Rio de Janeiro, que apesar de ter sido fundado em 1827, funcionou precariamente até 1871, e com a criação da Repartição Central Meteorológica do Ministério da Marinha em 1888, é que se inicia a fase científica das ciências atmosféricas – Meteorologia e Climatologia – no Brasil.

Mesmo considerando uma série de artigos publicados por diversos autores sobre aspectos do clima do Brasil, podemos considerar como obras pioneiras, que vieram a público entre o final do século XIX e início do século XX, a de Henrique Morize em 1891, a do alemão Frederico Draenert em 1896 e a de Delgado de Carvalho em 1917, pelo fato de tratarem o clima do Brasil, em toda a sua extensão territorial, em busca de uma síntese e preocupações com uma proposta de classificação, em sintonia com as diretrizes traçadas por Julius

Hann e indicando uma contribuição e colaboração com o trabalho clássico de Koeppen

É neste intervalo de tempo, que o enfoque médico - sanitário dá lugar a um conjunto de análises mais específicas da distribuição geográfica dos elementos meteorológicos e da sua variabilidade temporal, na perspectiva de explicar os regimes climáticos regionais. Aliás, a obra de Carlos Delgado de Carvalho foi reconhecidamente geográfica, por todos os seus críticos e que teve enorme influência da escola regional francesa, principalmente a partir das contribuições de De Martonne.

Com a expansão da rede de superfície e a organização mais sistematizada das séries temporais de dados meteorológicos e com a criação da Diretoria de Meteorologia e Astronomia junto ao Ministério da Agricultura, em 1909, pode-se afirmar que se inicia a fase madura da Climatologia no Brasil. Nas primeiras décadas deste século várias tentativas de se identificar os sistemas produtores dos tipos de tempo foram realizadas pelos estudos de Sampaio Ferraz, Belfort de Mattos, Margarinos Torres e Américo Silvado. Entretanto, foram as contribuições de Adalberto Serra e Leandro Ratisbona, a partir dos anos trinta, que trouxeram valiosas informações sobre a circulação atmosférica do continente sul-americano, incorporando os novos paradigmas da meteorologia sinótica da escola de Bergen capitaneada por Bergeron e Bjerknes e da escola de Chicago, através de Gustav Rossby e sua equipe.

Nesta mesma época, com a criação do Conselho Nacional de Geografia (IBGE) e mais fortemente nas décadas de 40 e 50, inicia-se uma das fases mais produtivas da climatologia brasileira, com a Tese de Doutorado de Ary França e os estudos de Fábio Soares Guimarães, Gilberto Osório de Andrade e Salomão Serebrenick que produziram as primeiras obras de síntese sobre o clima do Brasil, no âmbito da ciência geográfica, cujos estudos foram, mais tarde, continuados por Lysia Bernardes.

A partir dos anos 60, a climatologia brasileira atinge a sua maioridade. A necessidade de aprofundamento do estudo de seus elementos constituintes e a diversidade temática exigida pelo grau de desenvolvimento científico e tecnológico acarreta um desdobramento de seu conhecimento em três grandes setores da ciência: na Geografia, na Agrometeorologia e na Meteorologia.

No âmbito da Geografia, o enfoque dinâmico e suas relações com a organização do espaço é tratado nas obras de Linton de Barros, de Edmon Nimer e, principalmente de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, cuja interpretação dos novos paradigmas elaborados por Maximilien Sorre e na crítica da abordagem de Pierre Pédélaborde, propõe um novo paradigma para a Climatologia Geográfica no Brasil, a partir da noção do ritmo.

Por outro lado, as demandas mais específicas da expansão das atividades agrícolas e a necessidade de estudos mais aplicados à agrometeorologia, fizeram surgir uma nova frente, na linha da climatologia

agrícola, na qual Ângelo Paes de Camargo, Humberto Rangel e Eduardo Higinio se destacam.

Com a criação do Instituto de Estudos Espaciais (INPE), já na década de 70, a Meteorologia dá um salto qualitativo com a incorporação de novas tecnologias computacionais e utilização de satélites, radares e sondas. Ao longo das últimas décadas, várias instituições, de âmbito estadual e federal foram criadas para este fim (IPmet, Funceme, Climerh, Simepar, entre outros).

Na perspectiva de contribuir com o progresso da ciência em geral e da Climatologia, em particular, nasceu, em outubro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Climatologia – ABCLima, por ocasião do IV Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, lugar privilegiado como fórum de debates, trocas de experiências e discussões sobre o fazer em Climatologia.

Agora, cinco anos depois, a ABCLima sente-se orgulhosa em trazer ao público o primeiro número da *Revista Brasileira de Climatologia*, órgão oficial desta associação que pretende oferecer aos estudiosos e interessados nos temas relacionados ao tempo e ao clima, um veículo destinado a divulgar a produção científica da comunidade e servir como um fórum de interlocução e debate.

Este primeiro número trás as contribuições apresentadas durante o VI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, realizado em Aracajú, no outono de 2004. A partir de seu segundo número, estará recebendo as contribuições dos colegas.

Nesta edição, o foco temático privilegia artigos na perspectiva da climatologia regional. Começamos oferecendo aos leitores o texto de **José Bueno Conti** (USP) que nos brinda com uma interessante discussão sobre a questão climática e os processos de desertificação na Região Nordeste do Brasil, a partir da análise de longas séries temporais, tema ao qual vem se dedicando desde a sua livre docência.

A seguir **Antonio Geraldo Ferreira** e **Namir Giovanni da Silva Mello** (FUNCEME), também enfocando a Região Nordeste, abordam os principais sistemas atmosféricos que atuam nesta porção do território brasileiro, destacando o papel da influência dos oceanos Pacífico e Atlântico na gênese dos climas regionais.

O conceito de holorritmo é abordado por **Denise Maria Sette** (UFMT), como proposta de método para a análise dos climas do cerrado da região Centro-Oeste do Brasil, como estratégia para o entendimento da totalidade dos ritmos que controlam o tempo meteorológico local e regional, trabalhando as inter-relações entre os fatores físicos, biológicos e sociais.

Revisitando os textos clássicos da Climatologia Regional do Brasil, **João Lima Sant'Anna Neto** (UNESP/PP) propõe um "Decálogo" da Climatologia da Região Sudeste, utilizando como uma metáfora os "Dez Mandamentos" dos processos e fatores que produzem e explicam a variada gama de tipos de climas regionais.

Jonas Teixeira Nery (UNESP/Ourinhos) analisa a precipitação pluvial, utilizando diversos métodos estatísticos, para caracterizar a dinâmica climática da Região Sul, considerando as ocorrências dos fenômenos ENOS e, também, da atuação das Zonas de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e sua importância na gênese das chuvas do Brasil meridional.

Com a utilização de recursos tecnológicos como a teledetecção em climatologia, **Vincent Dubreuil** (Université Rennes 2, França) explora exemplos de aplicação desta ferramenta para a estimativa das temperaturas e acompanhamento da seca à escala regional do oeste francês (Bretanha), no monitoramento das frentes da brisa do mar no Nordeste brasileiro e, na estimativa das precipitações no Mato Grosso.

As relações entre o clima e a saúde comparecem no artigo de **Francisco Mendonça** (UFPR), na perspectiva das mudanças climáticas (aquecimento global), considerando as peculiaridades da tropicalidade como mais um fator desta complexa interação.

Edson Cabral (PUC/SP) trás uma discussão sobre uma Climatologia Aeronáutica, ou seja, os aspectos e paradigmas da Climatologia aplicadas aos complexos aeroportuários, como interessante campo a ser melhor explorado.

Pesquisando os climas urbanos das cidades de pequeno e médio porte, **Margarete Amorim** (UNESP/PP) aborda a intensidade da ilha de calor numa cidade média do oeste paulista – Birigui, reforçando a tese de sua existência e ocorrência deste processo, mesmo em áreas urbanas de pequena extensão territorial.

Também sobre a temática urbana, **Ercília Torres Steinke, Giselle de Andrade Souza e Carlos Hiroo Saito** (UnB) analisam a variabilidade temporal da precipitação e da temperatura do ar no Distrito Federal, tecendo considerações sobre a possível relação com a hipótese das mudanças climáticas.

Finalizamos este número, trazemos a contribuição do colega **João Afonso Zavattini** (UNESP/RC) que discute a teoria do clima, a partir do que julga ser a forte influência de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, na construção da Climatologia Brasileira

Assim, esta é contribuição que temos a oferecer para este primeiro e histórico número da **Revista Brasileira de Climatologia**. Esperamos que tenha vida longa e que possa ser efetivamente um importante veículo de informação.

As idéias e as contribuições científicas estão lançadas. Que os leitores discutam o seu conteúdo e julguem o seu mérito.

Boa leitura!

Os Editores